Caminhos da ficção na história **Uma análise do conceito de ficção em Michel de Certeau**

Paths of fiction in history **An analysis of Michel Certeau's concept of fiction**

Clarissa Paranhos¹ (PUC-Rio)

Resumo: No ensaio intitulado *História, ciência e ficção*, o historiador francês Michel de Certeau pensa a ficcionalidade particular ao discurso historiográfico por meio de uma aproximação a diversos campos do ficcional, notadamente ao que nomeia "ficção literária". O artigo se propõe, portanto, a esclarecer o que o autor entende por "ficção literária" e de que modo esta opera na escrita da história.

Palavras-chave: Michel de Certeau; ficção; psicanálise; discurso historiográfico;

Résumé: Dans l'essai intitulé *Histoire, science et fiction*, l'historien français Michel de Certeau pense l'aspect fictionnel particulier au discours historiographique en le rapprochant de divers champs du fictionnel, notamment de ce qu'il appelle la "fiction littéraire". Ainsi, cet article se propose d'éclairer ce que l'auteur comprend par "fiction littéraire" et de quelle manière celle-ci opère dans l'écriture de l'histoire.

Mots-clé: Michel de Certeau; fiction; psychanalyse; discours historiographique;

A aproximação da operação historiográfica à ficção poderia contribuir para uma compreensão mais refinada do que sejam os pressupostos epistemológicos da disciplina? Tal é a aposta do historiador francês Michel de Certeau, que participou plenamente da investida crítica contra o paradigma científico conhecida como giro linguístico. Certeau dedica muitos ensaios ao problema do estatuto ficcional da historiografia, dentre os quais

L'histoire, science et fiction (DE CERTEAU, 2016)¹, texto que será o objeto do presente estudo.

Certeau esboça ali uma distinção entre quatro modalidades de ficção – “mítica, literária, científica e metafórica” (DE CERTEAU, 2016, P. 67) – relacionando a historiografia a cada uma delas. Trata-se de uma expansão das qualidades do ficcional para além da “literatura”, termo tido costumeiramente como sinônimo à ficção verbal. Ao fazê-la, Certeau se arrisca a tornar ainda mais fluido, mais impreciso, o termo “ficção”, pois se propõe a encontrar uma definição ampla o suficiente para contemplar as especificidades do mito, da escrita literária e do discurso científico, equiparados, pela disposição em série, à modalidade “metafórica” – modalidade que, tendo caráter metadiscursivo, deveria ser posta a serviço da análise das outras modalidades. Ademais, se as definições das modalidades mítica, científica e metafórica são claramente destacadas, a modalidade literária carece de especificação.

Ora, em passagem conclusiva do ensaio referido, Certeau assimila os aspectos ficcionais atribuídos à historiografia à ficção literária:

As astúcias do discurso face ao poder a fim de utilizá-lo sem servi-lo, as aparições do objeto como ator fantástico no lugar do “sujeito do saber”, as repetições e os retornos do tempo que se supõe passado, os disfarces da paixão sob a máscara de uma razão, etc., tudo isso decorre da ficção, no sentido “literário” do termo. (DE CERTEAU, 2016, p. 96)

À leitura da passagem, a importância da ficção literária para a compreensão da qualidade ficcional da historiografia se faz evidente. Contudo, tal importância é proporcional à imprecisão com que o termo é empregado. Este trabalho se empenhará, portanto, em explicitar o sentido atribuído pelo autor à ficção literária, propondo-se em seguida a esclarecer os quatro aspectos ficcionais da historiografia destacados na citação acima.

Que relação uniria as quatro qualidades “literárias” da ficção, atuantes na escrita histórica, à ficção verbal?

¹Todos os trechos citados foram traduzidos por mim. Há, contudo, uma edição brasileira do livro referido: DE CERTEAU, M., *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011 (Trad. de Guilherme J. de Freitas Teixeira)

Todas as quatro envolvem a subversão de uma ordem (poder, lugar do “sujeito do saber”, tempo tido como passado, máscara de uma razão) por algo que a altera (astúcias do discurso, aparições do objeto, retorno do que se supunha passado, a paixão), consistindo em diferentes modos de se questionar a maestria do “sujeito do saber”.

Pela “subversão” implicada nas operações atribuídas por Certeau à ficção “literária”, esta guarda uma ligeira afinidade com a teoria do ficcional proposta por Wolfgang Iser. O crítico literário pensa a ficção verbal como um “ato de fingir” pelo qual a realidade é transgredida: a seleção de elementos retirados dos modos discursivos que compõem a realidade, assim como a recomposição do elo que os articula, servem à “realização” do imaginário, que ganha forma com este material; a essa transgressão da realidade – por sua vez “irrealizada”, isto é, tornada signo cujos efeitos consistem no imaginário modelado –, responde a transgressão da condição anterior e original do imaginário, caracterizado por sua fluidez e inapreensibilidade (ISER, 1996, p. 13 - 37).

O ponto comum a essas duas tematizações é a equivocidade com que se reveste a compreensão da realidade: o sujeito do saber de Certeau se vê perturbado em sua própria constância; já a realidade tomada pelo “ato de fingir” revela-se diversa da maneira como se apresenta nos discursos não ficcionais. A tematização da mimesis proposta por Luiz Costa Lima (2011) nos permite melhor perceber o deslocamento epistemológico provocado pela equivocidade da ficção verbal. Segundo o autor, é pelo atrito entre a diferença e a semelhança da ficção verbal com relação à realidade acima definida que esta perde sua estabilidade. O leitor, partindo da reformulação da realidade pela tessitura da escrita ficcional, não pode efetivá-la sem referenciá-la à extra-textualidade que lhe dá matéria, a faz mover-se e se move com ela. Tal exercício da mimesis supõe uma verdade parcial, dependente da relação entre a perspectiva sobre a realidade composta pelo texto ficcional e a posição do leitor diante de tal realidade.

Seria a possibilidade de se pensar a historiografia partindo do deslocamento epistemológico operante na ficção verbal que engajaria Certeau em uma tematização do ficcional. Porém, com a aproximação esboçada acima, ainda não se pode compreender a especificidade das “subversões” pertinentes à operação historiográfica. Para tanto, será necessário explicitar a que teoria do ficcional elas se vinculam e que lugar esta concede à ficção verbal.

À leitura da frase que se segue ao trecho citado acima, tal filiação se revela:

A ficção não é, contudo, estrangeira ao real. Ao contrário, Jeremy Bentham já o notava no século XVIII, o discurso “fictitious” é mais próximo dele do que o discurso objetivo. (DE CERTEAU, 2016, p. 96)

Assim, é a ficção tematizada por Jeremy Bentham que sustenta o deslocamento do científico para o fictício pensado por Certeau. Ora, na série descontínua de escritos que J. Bentham dedica à ficção, publicada por Charles Ogden em 1932 sob o título *Bentham's Theory of Fictitious*, o filósofo inglês apenas esboça um comentário sobre o texto literário, repetindo o clichê da ficção literária como divertimento (COSTA LIMA, 2011, p. 268). Bentham não se preocupa com a ficção verbal. Seu objetivo é tornar claro o emprego da linguagem tal como este se dá no campo jurídico, necessitando para tanto repensar os fundamentos da linguagem em geral sob o ângulo da ficção. Trata-se de uma tematização da ficção que serve a uma teoria do conhecimento.

Por que, então, Certeau assimilaria a teoria da ficção de Bentham a uma reflexão acerca da ficção, “no sentido ‘literário’ do termo”?

Ao se ler mais detidamente a obra do autor, notadamente o ensaio *Lacan: une éthique de la parole*, encontra-se uma resposta: sua compreensão do que seja o “literário” se funda na psicanálise lacaniana, em que Certeau encontra “a ‘verdade’ da prática literária” (DE CERTEAU, 2016, p. 284). O psicanalista francês teria ressaltado três elementos fundamentais ao texto literário: seu caráter enunciativo, o aspecto relacional da retórica, a *tromperie*² que envolve a literatura.

Neste artigo, deixaremos de lado os dois primeiros elementos para privilegiar uma análise mais detida do terceiro, análise que poderá desenroscar o nó que ata a “ficção” à “ficção literária”. Leiamos a passagem em que Certeau define a *tromperie* da literatura:

[A literatura] é um trabalho no elemento da *tromperie*; ela traça uma “verdade” que não é o contrário do erro, mas, na mentira em si, a simbolização do que atua ali como impossível. (DE CERTEAU, 2016, p. 290)

² A palavra “*tromperie*” não apresentaria uma insuperável dificuldade de tradução: ela pertence ao campo lexical do “engano”, “traição”, “ilusão”, “falseamento”. Contudo, nos ensaios que Certeau dedica à historiografia, é comum que se refira à técnica pictográfica *trompe-l'oeil*, parecendo remeter-se à maneira como o psicanalista francês Jacques Lacan articulou-o a seu ensino. Por essa razão, mantenho o termo francês, apontando para a possibilidade de uma particularização de seu uso pela apropriação lacaniana.

Assim, a literatura dá a ver uma verdade que se distancia da oposição ao erro, que não é sinônimo de acerto, adequação; pelo contrário, a literatura simboliza a impossibilidade da certeza, uma vez que a “mentira” encenada por ela revela um limite quanto à possibilidade de compreensão da realidade. Essa impossibilidade, quando encarada, se mostra claramente pelo nome que evidencia sua tentativa de velar-se: uma *tromperie*.

Se a interpretação da passagem estiver correta, a literatura definida por Certeau se atrela à dimensão simbólica da linguagem tal como fora pensada por Lacan e, englobada nessa dimensão, perde os contornos que a especificam. Em favor da interpretação proposta, tem-se o fato de que o simbólico lacaniano encontra fundamento na teoria ficcional de Bentham.

Portanto, nos debruçaremos sobre a teoria de Bentham para esclarecer qual a sua relação com o simbólico lacaniano e, voltando a Certeau, perceber em que medida a concepção lacaniana do ficcional contribui para sua tematização da ficcionalidade operante na historiografia.

Já o mencionamos anteriormente, Bentham pensa a ficção no âmbito de uma teoria do conhecimento (ISER, 1996, p. 136 - 156; COSTA LIMA, 2011, p. 260 - 269). O jurista inglês, a fim de combater a manipulação ilegítima da linguagem no meio do direito, quer tornar evidente seu caráter ficcional, esclarecendo desse modo os usos do fictício que permitem manipular os consensos estabelecidos. Para tanto, Bentham não se contenta em apontar uma falha no elo que uniria a linguagem à realidade. O filósofo atribui à ficção um caráter positivo: uma vez que o que se formula sobre a realidade é mediado pelas faculdades mentais, a realidade em si é incognoscível; isto posto, não se pode mais questionar-se sobre o “ser” das coisas, sendo preferível voltar-se para a maneira como estas são representadas pela linguagem – que é compreendida como um instrumento a serviço da ação sobre a realidade; sob este ângulo, a criação do fictício se revela uma ferramenta indispensável para qualquer formulação de saber e, mais amplamente, para toda e qualquer comunicação.

É o que Certeau parece apontar na citação reproduzida mais acima, afirmando que, para Bentham, “o discurso *fictitious*” é mais próximo do “real” do que o discurso “objetivo”. Revelando a distância que separa as palavras das coisas, o discurso fictício tornaria mais evidente a matéria de que é feito o real – termo que talvez se deixe definir, nessa citação,

como o consenso estabelecido em sociedade do que seja o verdadeiro. Lendo a passagem dessa maneira, a ficção se aproximaria do “real” como uma lupa, revelando a divisão que o constitui.

Contudo, a formulação de Certeau é inexata, posto que Bentham não desenvolve uma tipologia discursiva pela qual se pudesse distinguir um “discurso fictício” de um outro, “objetivo”. O filósofo inglês se volta para uma unidade mais fundamental da linguagem, as palavras, notadamente os substantivos empregados em relações de predicação. O autor distingue-os em três categorias: as *entidades reais* nomeiam corpos apreendidos pela percepção, aos quais a existência é imputada; as *entidades fictícias* nomeiam as qualidades desses corpos (como a forma, o movimento, etc) e aquelas atribuídas, ilimitadamente, a outras entidades fictícias (como o tipo de movimento de um corpo) – sem “substância”, essas entidades são exclusivamente discursivas; por fim, as *entidades fabulosas* designam criações do imaginário.

As entidades fictícias, por qualificarem as entidades reais e se qualificarem mutuamente, são necessárias para o desenvolvimento da linguagem. Como formula W. Iser,

(...) os corpos reais evidentemente não são capazes de se especificar por si próprios, ou presentificar a si mesmos. As partículas reais dependem tanto da relação quanto a predicação; pois sem essa reciprocidade as primeiras permaneceriam fechadas e as segundas seriam fantasmas. (ISER, 1996, p. 148)

Portanto, as entidades fictícias se mostram fundamentais, posto que a realidade não é passível de ser representada pela linguagem sem que se recorra a elas. Por outro lado, a ficção não é assimilável a um “fantasma”, uma vez que se realiza em sua relação, próxima ou distante, com os corpos referidos pelas entidades reais. Assim, é pelo engendramento das ficções e por seu deslocamento em função das predicações que a linguagem se elabora. Esta, por sua vez, torna a realidade manipulável, passível de ser articulada à vontade humana, ainda que o ser das coisas não seja atingido pelo discurso.

O outro lado da ficção operante na linguagem é, no entanto, a ausência que cada uma das entidades fictícias dá a ver:

A concepção da ficção como designação verbal do discurso se consolida, porque a qualidade e a representabilidade nada dizem sobre a natureza das coisas, mas evidenciam sempre algo de seu modo de apresentação. Na designação ficcional se duplica, por conseguinte, uma presença parcial das coisas e sua ausência (...) cada designação sempre diz algo sobre sua inacessibilidade. (ISER, 1996, p. 155)

A ficção, portanto, revela o vazio da linguagem, sua impossibilidade de apreender a essência daquilo que representa.

Porém, uma vez compartilhada pela sociedade, a ficção cria o laço social e, compondo-o, a subjetividade de cada um. É nesta complementaridade entre o vazio da linguagem e seu caráter efetivo que consistiria o simbólico lacaniano, exemplificado por Gilson Iannini como se segue:

(...) a ficção da "lei" obriga pessoas a agir assim e assado, a ficção do "contrato" une as partes segundo tais e tais obrigações, a ficção do "prazer" faz com que eu eleja tal ou qual objeto como adequado à minha satisfação, a ficção do "amor", me faz crer na relação sexual, etc... (...) O impossível da ficção é indispensável ao funcionamento da linguagem e da subjetividade. (IANNINI, 2009, p. 260)

Após esta exposição sumária da teoria de Bentham e de sua contribuição para a elaboração do simbólico lacaniano, a concepção do "literário" indicada por Certeau ganha maior coerência. Se a "literatura" revela a dimensão simbólica da linguagem – isto é, que esta, por debaixo de sua efetividade, dá a ver a ausência de significado contida pelos significantes –, pode-se seguir a conclusão do historiador francês, segundo a qual a ficção "literária" é "um trabalho no elemento da *tromperie*". Se Certeau identifica o literário àquilo que revela o caráter *trompeur* da linguagem, é coerente que escolha o epíteto "literário" para introduzir a ideia de uma ficcionalidade operante na historiografia, uma vez que intenta evidenciar os limites da busca da verdade pelo trabalho historiográfico. O ônus desse raciocínio é que a ficção verbal, não obstante ser referida diversas vezes, acaba por ser descartada da discussão.

Continuemo-la pois, assimilando a ficção literária de Certeau ao que ela parece remeter, isto é, a uma tematização da ficção circunscrita ao questionamento dos limites do conhecimento em geral e dos limites do conhecimento histórico em particular.

A fim de talhar no campo amplo da ficcionalidade da linguagem o lugar particular ao discurso historiográfico, cabe perguntar-se de que maneira aquelas quatro qualidades ficcionais atribuídas à historiografia especificam essa área do saber, apontando os limites do conhecimento ali perseguido. Esclarecer tal questionamento será importante pois, como aponta Luiz Costa Lima, a “supressão da certeza” pela ficcionalidade “tem conseqüências diversas conforme o discurso que se focalize” (COSTA LIMA, 2011, p. 269).

O autor brasileiro entende que o “discurso” possui duas dimensões complementares: o ato enunciativo depende de um sujeito da enunciação; porém, esse sujeito só se realiza pelo ato enunciativo. Assim, na formulação de um discurso verifica-se “a co-presença da sociedade e do sujeito. Pois cada um dos termos se estende além de si e envolve o outro.” (COSTA LIMA, 2011, p. 72). Dito de outro modo, se cada discurso é parcial por depender de um sujeito que o elabore, esse sujeito também se define pela posição que o discurso o faz ocupar, posição esta que depende das convenções de cada sociedade.

Desta definição de “discurso” decorrem duas conseqüências: 1) todo questionamento da realidade supõe uma modalidade discursiva particular, correspondente ao que pretende elucidar, aos pressupostos que se lhe empresta, etc; 2) não há como conceber-se um sujeito unívoco e inequívoco, pois cada sujeito se constitui pela diversidade de discursos que assume.

O próximo passo de nosso raciocínio será, então, compreender como, do ponto de vista de Certeau, a “supressão da certeza” que a tematização do ficcional provoca afeta o discurso da história. A ficcionalidade a ele atribuída deverá derivar do questionamento do lugar que orienta a sua composição e daquele que o compõe.

A primeira dimensão do discurso, sua inscrição sócio-histórica, pode ser relacionada ao que Certeau nomeia *operação historiográfica*. Por meio dessa expressão, Certeau buscou referir o processo de fabricação do texto histórico, sempre marcado por sua localização institucional – que limita as escolhas teóricas e políticas da pesquisa – e pela finalidade a que o discurso histórico obedece.

Com relação à segunda dimensão do discurso, o sujeito que ao enunciá-lo constitui-se, há uma pequena diferença no pensamento dos dois autores postos em diálogo. Se Certeau concorda que o sujeito do discurso está atrelado à enunciação que o faz surgir e que, por conseguinte, não pode ser pensado como estável e unívoco, o autor francês, à diferença de Costa Lima, não concebe a fragmentação do sujeito como a plurivocidade

provocada pelos discursos que o atualizam. Para Certeau, se o sujeito é fragmentado, ele o é primeira e necessariamente em dois pedaços: o da racionalidade que crê exercer e o do desejo que o determina sem que o saiba.

Se se adota esse pressuposto psicanalítico, todo discurso, independentemente de sua especificidade sócio-histórica, será marcado por essa divisão fundante – divisão atribuída a uma condição originária, justamente a impossibilidade inerente à linguagem, cujas linhas gerais foram traçadas acima. Assim, aquela *tromperie* própria à linguagem, *tromperie* que a literatura evidencia, age em todo ato enunciativo.

Ao substituirmos por esta ideia de sujeito aquela concepção que acompanha a definição de discurso proposta por Costa Lima, a complementaridade entre sujeito da enunciação e ato enunciativo – o discurso é enunciado pelo sujeito, mas este se realiza na posição que o discurso lhe concede – se quebra. Tem-se no máximo uma outra – a *tromperie* da linguagem, reiterada em cada discurso, é articulada ao sujeito desejante –, mas esta não responde às exigências de se particularizar o discurso histórico.

Assim, para cumprir nosso objetivo de explicitar a especificidade da ficção no discurso da história, tal como compreendida por Certeau, estamos munidos de duas ferramentas distintas: por um lado, a particularização histórico-social do discurso da história, referida por Certeau pela expressão operação historiográfica; por outro, a consideração do sujeito do discurso, inclusive do discurso historiográfico, enquanto sujeito desejante.

Retomemos então as quatro qualidades fictícias da historiografia, mencionadas no início deste texto:

As astúcias do discurso face ao poder a fim de utilizá-lo sem servi-lo, as aparições do objeto como ator fantástico no lugar mesmo do “sujeito do saber”, as repetições e os retornos do tempo que se supõe passado, os disfarces da paixão sob a máscara de uma razão, etc. (DE CERTEAU, 2016, p. 96)

Afirmou-se mais acima que essas quatro qualidades têm em comum subverter uma posição estável, na qual o sujeito do saber se encontraria seguro. Por conseguinte, é colocada à prova a aporia da verdade própria à história, isto é, “a função de conhecer a verdade do que houve” (COSTA LIMA, 2011, p. 21) pressuposta pelo discurso historiográfico e, contudo, irrealizável. Não se trata, porém, de ignorar o problema da verdade. Certeau

intenta questionar uma concepção de verdade acerca do passado fundada exclusivamente na verificação dos fatos retirados dos documentos. Que outra verdade o discurso historiográfico poderia oferecer? Ao voltar-se a ela, dever-se-ia abandonar a aporia de que este parte? Indicarei abaixo como cada uma das quatro qualidades da ficção referidas acima confronta a questão da verdade no discurso histórico, atrelando-as seja à faceta sócio-histórica do discurso, seja ao modo como o sujeito se implica em sua enunciação.

Certeau descreve o trabalho historiográfico a que se opõe como o de “diagnosticar o falso” (DE CERTEAU, 2016, p. 63 - 65) a fim de dar a impressão de que o discurso da história se adequa ao real. Essa impressão se sustenta em um aparato institucional historicamente situado:

a encenação de uma efetividade (passada), isto é, o discurso historiográfico em si, oculta o aparelho social e técnico que o produz. A operação em causa parece bastante astuciosa: o discurso se torna crível em nome da realidade que ele supostamente representa, mas esta aparência autorizada serve precisamente para camuflar a prática que a determina realmente. A representação disfarça a praxis que a organiza. (DE CERTEAU, 2016, p. 69)

No momento em que Certeau escreve, por exemplo, a forte influência da estatística nas pesquisas de história seria uma faceta dessa “operação astuciosa”, posto que o discurso histórico apoia-se na face que o poder assumira (e assume): a tecnocracia. Além dessa influência do poder vigente na pesquisa histórica, as hierarquias internas aos laboratórios, a divisão social que determina o perfil dos profissionais também se camuflam no discurso da história. Face a esse estado de coisas, Certeau propõe uma “repolitização” do trabalho historiográfico:

é necessário reconhecer hoje que o conflito do discurso e da força sobrepõe-se à historiografia ao mesmo tempo em que lhe é interior. (...) Ela deve explicitar uma relação interna e atual com o poder (como era o caso ontem da relação com o príncipe). Apenas [isto] evitará à historiografia criar simulacros que, supondo uma autonomia científica, têm precisamente como efeito eliminar qualquer tratamento sério da relação que a linguagem (de sentido ou de comunicação) entretém com jogos de força. (DE CERTEAU, 2016, p. 89)

Que representação possa dizer sua localização sócio-histórica, este é o primeiro deslocamento da problemática da verdade proposto por Certeau. De todo modo,

revelando-se ou não o papel exercido pelo poder no discurso histórico, tal papel já se faz ver no discurso usualmente produzido: as “astúcias do discurso com o poder”, “utilizando-o sem servi-lo”, já operam ali. Ainda que, pelo ensaio de Certeau, não se possa saber em que consistiriam precisamente essas astúcias presentes no discurso, elas não se vinculam à verdade compreendida como correspondência do discurso com a realidade. A verdade que colocam em jogo seria de ordem polêmica, trazendo para o corpo do texto a divisão social. Dela deve-se ainda dizer que é incompleta: sendo subversiva, não faz *tabula rasa* do simulacro sob o qual trabalha.

O segundo deslocamento pelo ficcional que propõe Certeau responde a um problema estrutural do discurso histórico: a finalidade a que se propõe. Pois o problema a que se dedica retira à disciplina a possibilidade de que seja científica:

Considerada em seguida como “disciplina”, a historiografia é uma ciência que não tem os meios de sê-lo. Seu discurso se encarrega do que mais resiste à cientificidade (a relação social ao evento, à violência, ao passado, à morte), isto é, o que cada disciplina científica teve de eliminar para se constituir. (DE CERTEAU, 2016, p. 96)

Assim, as explicações historiográficas são pouco permeáveis à apreensão conceitual:

O “como se” do raciocínio (o estilo entimemático das demonstrações históricas) tem o valor de um projeto científico. Ele mantém uma crença na inteligibilidade das coisas que mais lhe resistem. Também, a historiografia justapõe elementos não coerentes ou mesmo contraditórios, e ela frequentemente faz semblante de “explicá-los”: ela é a relação dos modelos científicos com seus déficits. (DE CERTEAU, 2016, p. 97)

Sem referir-se ao célebre ensaio de Roland Barthes (1967), Certeau retoma de *Le discours de l'histoire* a assimilação do raciocínio histórico ao entimema³, isto é, a um silogismo cuja relação entre as proposições não é necessária. Além disto, o autor aponta a incoerência e a contradição às quais o discurso historiográfico não escapa. Seria a impossibilidade de livrar-se da imprecisão e da incoerência no discurso uma consequência da dificuldade em dar conta das desigualdades, frutos da violência e do tempo, em meio às

³Certeau não segue Barthes em sua indicação de que esse procedimento (assim como outros) são também constitutivos da “narração imaginária” (p. 65), notadamente do romance. No entanto, se para Certeau as qualidades ficcionais da historiografia remetem à ficção verbal, o argumento de Barthes não será avesso ao pensamento de nosso autor.

quais se vive? Este espelhamento, no próprio texto que tenta compreendê-lo, do problema de que se ocupa a história, isto é, a inconstância humana, parece ser uma das formas como o “objeto” se mostra “no lugar mesmo do “sujeito do saber”. A segunda qualidade ficcional do discurso histórico evidencia, portanto, outro limite constituinte da disciplina historiográfica e de sua pretensão a atingir uma verdade cujo esclarecimento se assemelhe à estabilidade conceitual. Ademais, face a essa inconstância, os modelos científicos adotados como ferramentas se vêem relativizados e limitados.

A fim de manter o paralelo com as duas dimensões do discurso referidas acima, vincularemos a segunda qualidade do ficcional à faceta “histórico-social” de que o discurso é composto, no caso, a finalidade a que se dedica. Note-se que, tal como a localização institucional evidenciada nas fímbrias do simulacro, a ficcionalidade explicitada aqui não independe de sua relação com a representação *trompeuse*. A manutenção da *crença* na inteligibilidade da inconstância humana, o *semblante* de explicação são, para Certeau, tão valiosos quanto um projeto científico. Isto porque o discurso histórico, mito da sociedade moderna, se encarrega de encobrir as fissuras sociais:

Ela [a história] privilegia o que não vai bem (o evento é primeiramente um acidente, uma desgraça, uma crise), porque se faz urgentemente necessário costurar esses rasgos com uma linguagem de sentido. Mas, reciprocamente, as desgraças são indutoras de narrativas, elas autorizam a incansável produção destas. (DE CERTEAU, 2016, p. 72)

Se o discurso, semblante de explicação, simula apresentar a verdade, a tenacidade da produção de narrativas deve ser atribuída ao trabalho da ficção, que impede a certeza do sentido pela própria restrição composicional imposta ao discurso.

A terceira qualidade ficcional faz do discurso histórico um exercício de pensamento sobre o tempo. Diferentemente das duas primeiras, esta repousa na própria equivocidade do sujeito do discurso:

Interrogar o sujeito do saber é igualmente ter de pensar o tempo, se é verdade que o sujeito se organiza como uma estratificação de tempos heterogêneos e que (...) ele é estruturado por sua relação com o outro. O tempo é precisamente a impossibilidade da identidade com o lugar. O problema da história se inscreve no lugar desse sujeito que é em si mesmo jogo da diferença, historicidade da não-identidade a si. (DE CERTEAU, 2016, p. 93)

A passagem, para quem conheça a obra de Certeau, remete de imediato à psicanálise freudiana e à sua ideia de sujeito, cujo passado age sob a forma do retorno do recaiado, minando do interior a clareza da expressão e a univocidade atribuída à percepção. Pela reflexão sobre a passagem do tempo e sua incidência no conhecimento humano, psicanálise e história partilham, ao menos para Certeau, uma mesma problemática: as repetições e retornos do tempo supostamente passado, formulação pela qual o autor define a terceira qualidade do ficcional pertinente à história.

A aproximação das duas áreas do conhecimento lembra ao discurso da história que este possui uma ambiguidade insuperável e uma tarefa filosófica: uma vez que a relação entre sujeito e objeto, no campo da história, supõe o face a face do presente (sujeito) com o passado (objeto), a historiografia tem a tarefa de “de dizer o tempo como a ambivalência mesma que afeta o lugar onde ela está, e portanto de pensar a equivocidade do lugar como o trabalho do tempo no interior do recinto do saber” (DE CERTEAU, 2016, p. 91). Esta extensão por analogia da estrutura epistemológica do sujeito freudiano para um campo que supera sua medida certamente carece de elaboração. Como o passado retorna no discurso histórico? Outros ensaios respondem a esta pergunta, que restará por enquanto apenas assinalada.

Por fim, a quarta e última qualidade do ficcional, “os disfarces da paixão sob a máscara de uma razão”, também se funda na teoria freudiana, concernindo igualmente o sujeito do discurso:

Com *Totem e Tabu*, *Mal-estar na civilização* ou *Moisés e o monoteísmo*, se apresenta, necessariamente relativa a um recaiado, a análise que articula de novo os investimentos do sujeito nas estruturas coletivas. (...) Dessa sorte se inaugura uma epistemologia (...) remetida à particularidade de um lugar ordinário, aos afetos recíprocos que estruturam as representações (DE CERTEAU, 2016, p. 94)

Pelo engajamento desejante, condição de todo sujeito, este se articula à sociedade. Disto não poderia escapar o historiador, a quem se demanda a particularização de sua escrita pela tematização, teórica (e não sentimental), de seu engajamento com relação ao objeto escolhido. A hierarquia entre essas duas instâncias do discurso, fundante da epistemologia da ciência, se desfaz com a entrada do desejo em cena.

As breves indicações sobre a especificidade da ficção na história nos fazem ver, primeiramente, a distância entre essas qualidades ficcionais e um questionamento generalizado da linguagem, tal como desenvolvido por Bentham e, posteriormente, por Lacan. Não que Certeau negue validade epistemológica a esse questionamento. Contudo, se o corte evidenciado pela dimensão simbólica da linguagem sustenta a empreitada de Certeau, a ausência de substancialidade da linguagem irradia como um prisma, iluminando diferentes pontos do discurso em que um significado pode ser posto em perspectiva pelo contraste com dimensões da realidade que incidem sobre ele. Assim, no âmbito da reflexão de Certeau sobre o discurso historiográfico, podemos verificar um basculamento entre o texto de história e diferentes referenciais – a instituição, a inconstância verificada na história, a estrutura do sujeito para a psicanálise. Nesse quadro, o conceito de ficção consiste na problematização do discurso historiográfico apresentado como verdade factual, problematização provocada pela consideração dos efeitos que outros referentes da realidade social e psíquica, implicados na composição do discurso, causam sobre ele. A aporia da história, que a singulariza enquanto disciplina, se preserva, mas como paradigma oferecido a uma desconstrução subversiva – portanto, apenas tácita –, operada pela ação do “ficcional”.

Referências bibliográficas

BARTHES, R., Le discours de l’histoire, *Social Science Information*, 6 (4), p. 63-75, agosto de 1967.

COSTA LIMA, L., História - Ficção - Literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011

DE CERTEAU, M., Histoire et psychanalyse - entre science et fiction. Paris: Gallimard, 2016 (1987).

IANNINI, G., Estilo e verdade na perspectiva da crítica lacaniana à metalinguagem, 2009, 345 f. Tese (Doutorado em Filosofia), USP, São Paulo, 2009.

ISER, W., O fictício e o imaginário - Perspectivas de uma antropologia literária. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

ⁱ Bacharel pela Universidade Paris IV - Sorbonne, é mestranda no departamento de História da PUC-Rio (linha Teoria, Historiografia e História Intelectual), sob a orientação do Prof. Dr. Eduardo Wright. O presente

trabalho foi elaborado no seio da disciplina "O questionamento da mimesis", ministrada por Luiz Costa Lima.